



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

**250ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS**

Ata da ordem do dia 14 e 15 de dezembro de 2016

Brasília – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 250ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

Local: Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º Andar. Brasília – DF.

Data: 14 e 15/12/2016

1 Aos quatorze e aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis teve início a 250ª
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, sob a Coordenação do
3 Conselheiro Sr. Fábio Moassab Bruni, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social.
4 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheira Titular
5 Solange Teixeira, Representante Titular da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania –
6 SENARC/MDSA; Conselheira Titular Mariana de Sousa Machado Neris, Representante do
7 Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA; Conselheiro Titular Luis Otávio Pires de
8 Farias, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA; Conselheira
9 Titular Célia Maria de Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de
10 Estado da Assistência Social - FONSEAS; Conselheiro Suplente Sávio Angelin Pereira,
11 Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais - CONGEMAS; Conselheiro
12 Suplente Maurício José Silva Cunha, Representante do Centro de Assistência e Desenvolvimento
13 Integral - CADI; Conselheiro Titular Carlos Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco;
14 Conselheira Titular Norma Suely de Souza Carvalho, Representante da Capemisa Instituto de Ação
15 Social; Conselheira Suplente Edna Aparecida Alegro, Representante da Federação Nacional das
16 Associações Pestalozzi - FENAPESTALOZZI; Conselheira Titular Maria José Vasconcelos Barreto
17 Carvalho, Representante do Fórum Estadual de Usuários do SUAS de Sergipe – FEUSUAS/SE;
18 Conselheira Titular Rosângela Maria Soares dos Santos, Representante do Fórum Nacional dos
19 Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA; Conselheira Suplente Elisa Maciel Costa,
20 Representante da Associação Mayle Sara Kali; Conselheira Titular Luziana Carvalho de
21 Albuquerque Maranhão, Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional
22 - COFITO; Conselheiro Suplente Mário Lúcio Souto Lacerda, Representante Central de

23 Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB; Conselheira Titular Clátia Regina Vieira,
24 Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e
25 Filantrópicas - FENATIBREF; Conselheiro Suplente Leovane Gregório, Representante do
26 Conselho Federal de Psicologia - CFP; Conselheiro Titular Benedito Augusto de Oliveira,
27 Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social - CNTSS;
28 Conselheira Suplente Renata Aparecida Ferreira, Representante do Ministério do Desenvolvimento
29 Social e Agrário; Conselheira Márcia Cristina Leal Góes, Representante do Colegiado Nacional de
30 Gestores Municipais – CONGEMAS; Conselheira Suplente Silvia Regina Ramires, Representante
31 da Fundação Projeto Pescar; Conselheira Titular Célia Maria de Souza Melo Lima, Representante
32 do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Conselheira
33 Suplente Maira Leiliane Oliveira Almeida, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de
34 Estado da Assistência Social - FONSEAS; Conselheira Suplente Tathiane Aquino Araújo,
35 Representante da Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil – REDE TRANS/SE; Conselheiro
36 Titular Alberto Albino dos Santos, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e
37 Agrário. **ABERTURA 14/12/2016:** O Conselheiro Fábio Moassab Bruni, Presidente do CNAS,
38 iniciou a reunião cumprimentando a todos e solicitou a Sra. Sra. Maria das Mercês de Avelino
39 Carvalho, Secretária-Executiva do CNAS/MDSA, para que realizasse a verificação do quórum.
40 Realizada a verificação, o Presidente Fábio Moassab Bruni informou que possuem como sugestão
41 de inclusão a aprovação de uma resolução sobre a reforma previdenciária e em seguida a
42 interrupção da reunião para irem ao Congresso Nacional, para estabelecer uma forma de pressão aos
43 Deputados que estão com a competência de deliberar sobre o assunto. Colocou para apreciação dos
44 Conselheiros a Ata da 249ª Reunião Ordinária do CNAS e a pauta da 250ª Reunião Ordinária do
45 CNAS e não havendo nenhuma manifestação contrária, a Ata e a pauta foram aprovadas. Seguindo
46 para os informes da Presidência e da Secretaria-Executiva, a Sra. Maria das Mercês Avelino de
47 Carvalho notificou que foram justificadas as seguintes ausências: Conselheira Carmen Lúcia Lopes
48 Fogaça, nessa reunião ordinária, por motivo de saúde; Conselheiro Josierton Bezerra, na Reunião da
49 Comissão de Benefícios e Transferência de Renda e nessa reunião ordinária, devido a
50 compromissos institucionais; Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris, nessa reunião
51 ordinária, devido a férias; Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima, no dia 15 de novembro,
52 devido a compromissos institucionais; Conselheiro Josenir Teixeira, nessa reunião ordinária, devido
53 a compromissos institucionais; Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski, nessa reunião

54 ordinária, devido a compromissos institucionais; Conselheira Laís Maranhão Santos Mendonça,
55 nessa reunião ordinária, devido a compromissos institucionais; Conselheira Solange Teixeira, no dia
56 15 de novembro, devido a compromissos institucionais; Conselheiro Mário Lúcio Souto Lacerda,
57 nos dias 13 e 14 de novembro no período da manhã, devido a compromissos institucionais; as
58 Conselheiras Dionara Borges e Maria Cristina Marques por estarem aguardando substituição.
59 Convocação e participações: As Conselheiras Maira Leiliane Oliveira Almeida, Maria José
60 Vasconcelos Barreto Carvalho e Elisa Maciel Costa foram convocadas e representaram o CNAS na
61 reunião da Câmara Técnica da CIT, ACESSUAS Trabalho, nos dias 05 e 06 de dezembro de 2016,
62 das 09h00 as 17h00, em Brasília; o Conselheiro Leovane Gregório foi convocado e representou o
63 CNAS na 152ª Reunião da CIT, no dia 07 de dezembro de 2016, das 09h00 as 18h00, em Brasília;
64 Os Conselhos Nacionais Titulares e Suplentes foram convocados para a 250ª Reunião Ordinária do
65 Conselho Nacional de Assistência Social, a ser realizada no período de 13 a 15 dezembro de 2016,
66 em Brasília; os Conselheiros integrantes titulares da Comissão Organizadora da 11ª Conferência
67 Nacional de Assistência Social foram convocados para a reunião no dia 1º de dezembro de 2016,
68 em Brasília; os Conselheiros Nacionais que integram a Comissão de Acompanhamento os
69 Conselhos de Assistência Social foram convocados para a Reunião Trimestral do CNAS com os
70 CEAS e CAS/DF no dia 12 de dezembro de 2016, em Brasília; os Conselheiros Nacionais que
71 integram a Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda foram
72 convocados para a reunião extraordinária no dia 12 de dezembro de 2016, de 14h00 as 18h00, em
73 Brasília. *E-mails* enviados os Conselheiros do CNAS: convite para Encontro de Alinhamento sobre
74 o Fator Amazônico; convite para o Encontro sobre o Trabalho Social com Famílias Indígenas;
75 informes da Secretaria-Executiva do CNAS para a 149ª Reunião Ordinária Conselho Nacional de
76 Assistência Social realizada em Belém/PA; informes da Secretaria Nacional de Assistência Social
77 para a 149ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social realizada em Belém/PA;
78 relatório de participação na Câmara Técnica, ACESSUAS Trabalho, elaborado pelas Conselheiras
79 Maira Leiliane Oliveira Almeida, Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho e Elisa Maciel Costa;
80 apresentação da 151ª Reunião da CIT; ata e gravação da 149ª Reunião Ordinária do CNAS; pauta
81 da Reunião Trimestral e da 150ª Reunião Ordinária do CNAS; pauta e comunicado da 152ª Reunião
82 da CIT enviada ao Conselheiro Leovane Gregório. Resolução, decreto e portaria: Resolução CNAS
83 nº 19 de 24 de novembro de 2016 publicada no Diário Oficial da União de 24 de novembro de
84 2016, Seção I - página 37, que institui o Programa Primeira Infância no SUAS; Resolução CNAS nº

85 20 de 24 novembro de 2016 publicada no Diário Oficial da União de 29 de novembro de 2016,
86 Seção I - página 38, que aprova os critérios de partilha para o financiamento federal do Programa
87 Primeira Infância no SUAS, para os exercícios de 2016 e 2017; Resolução CNAS nº 21 de 24
88 novembro de 2016 publicada no Diário Oficial da União de 29 de novembro de 2016, Seção I -
89 página 38, que estabelece requisito para celebração de parcerias conforme a Lei nº 13.019 de 31 de
90 julho de 2014, entre o órgão gestor da assistência social e as entidades ou organizações de
91 assistência social no âmbito do SUAS; Portaria nº 254 de 18 de novembro de 2016 publicada no
92 Diário Oficial da União de 21 de novembro de 2016, Seção I – página 49, que designou o Sr.
93 Josierton Bezerra para compor o CNAS na qualidade de membro suplente representando o INSS em
94 substituição a Conselheira Mirian da Silva Lima e designou Maria Amélia Sazaki para compor o
95 CNAS na qualidade de membro suplente representando o MDSA em substituição a Conselheira
96 Samantha Oliveti de Góes; Portaria nº 295 de 08 de dezembro de 2016 publicada no Diário Oficial
97 da União de 12 de dezembro de 2016, Seção I – página 120, que dispõe a cerca do financiamento
98 federal das ações do Programa Criança Feliz no âmbito do SUAS implementadas por meio do
99 Programa Primeira Infância no SUAS; Portaria Conjunta nº 02 de 13 de fevereiro de 2016,
100 publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 2016, Seção I – página 62, que dispõe
101 sobre a convocação ordinária da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social e dá outras
102 providências. CNAS Informa: Primeiro dia de Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS –
103 Debates de temas importantes para SUAS; o CNAS realiza a sua última Reunião Trimestral do ano;
104 CNAS chega à marca de 250 reuniões ordinárias realizadas; CEAS de todo o Brasil em defesa do
105 BPC; Conferências de Assistência Social discutirão garantia de direitos no fortalecimento do SUAS
106 em 2017. Datas Comemorativas: 01/12 – Dia Internacional da Luta Contra AIDS; 03/12 – Dia
107 Internacional da Pessoa com Deficiência; 10/12 – Dia da Declaração dos Direitos Humanos e Dia
108 Internacional dos Povos Indígenas; 25/12 – Natal. Conselheiros aniversariantes do mês de
109 dezembro: 11/12 - Conselheiro Samuel Rodrigues; 17/12 - Conselheira Mariana de Sousa Machado
110 Neris, 28/12 - Conselheiro Alberto Albino dos Santos. O Conselheiro Mário Lúcio Souto Lacerda,
111 Representante Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, ponderou que havia
112 justificado que não poderia comparecer na parte da manhã nessa reunião, porém, explicou que os
113 seus compromissos foram cancelados e participará de toda reunião. O Presidente do CNAS
114 parabenizou os aniversariantes do mês e seguiu para os informes da Presidência, Secretária-
115 Executiva, MDSA, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros. A Conselheira Célia Maria de

116 Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência
117 Social – FONSEAS, ratificou que acontecerá, amanhã, a reunião do FONSEAS no município de
118 Fortaleza/CE, em que haverá uma pauta muito extensa em debate. Salientou que a possuem dois
119 pontos de grande importante que são: a Meta 04 do Pacto de Aprimoramento do SUAS, que trata do
120 cofinanciamento dos benefícios eventuais que ainda não foi pactuado na CIT e a PEC nº 287, que
121 trata da reforma da previdência e colocou o BPC como orçamento da Previdência Social.
122 Complementou que o FONSEAS estará avaliando as ações de 2016 e elaborando o plano de
123 trabalho para 2017, em que estará prevista a 3ª edição da Revista Gestão Social e Encontro
124 Nacional do FONSEAS. O Conselheiro Sávio Angelin Pereira, Representante do Colegiado
125 Nacional de Gestores Municipais - CONGEMAS, informou que o CONGEMAS reforçou a
126 importância de uma carta elaborada pelas professoras Sra. Adailza Sposato e da Sra. Maria
127 Carmelita Iasbek ao CNAS, que trata sobre a PEC nº 287. O Conselheiro Leovane Gregório,
128 Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP, comunicou que a reunião da CIT discutiu,
129 em sua pauta, o ACESSUAS Trabalho; apresentação da questão do Pacto de Aprimoramento entre
130 Estados, Governo Federal e municípios; divulgação do caderno sobre atendimento ao adolescente
131 em medida socioeducativa em meio aberto; calendário para 2017; informes; apresentação sobre o
132 Bolsa Família com relação aos critérios. Com relação ao Pacto de Aprimoramento, ponderou que
133 não houve pactuação devido à discordância em relação ao benefício eventual por parte do
134 financiamento dos Estados, ficando para uma próxima reunião. Articulou que o caderno sobre o
135 atendimento ao adolescente em medida socioeducativa em meio aberto é muito importante para
136 ajudar nos trabalhos dos CREAS e que, nos informes do MDSA houve uma proposta de capacitação
137 dos núcleos de educação permanente para janeiro de 2017, salientando que a maioria dos Estados
138 não possuem esses núcleos organizados. A Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos,
139 Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA, postulou
140 que representou o CNAS na reunião sobre o fator amazônico e no encontro de trabalho social com
141 as famílias indígenas, destacando que foram dois encontros muito importantes para dialogar com
142 esse Conselho e para fortalecer o controle social. Explanou que está sendo preparado um relatório
143 com todas as percepções do encontro para ser compartilhado com os Conselheiros e que, será
144 elaborado em março de 2016, um seminário chamado “Pan-Amazônico da Assistência Social”, em
145 Belém. Acrescentou que no encontro com as famílias indígenas, a Secretária Nacional se
146 comprometeu em realizar um abril indígena e que, houve a preposição de criar um grupo de

147 trabalho no CNAS com as mulheres indígenas para dialogar sobre as questões indígenas. A
148 Conselheira Solange Teixeira, Representante Titular da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania –
149 SENARC/MDSA, convidou a todos para a cerimônia de premiação do Prêmio Rosane Cunha de
150 Desenvolvimento Social – Edição Cadastro Único, que acontecerá no Hotel Nacional, Salão
151 Vermelho, Ala B, as 09h00. A Conselheira Elisa Maciel Costa, Representante da Associação Mayle
152 Sara Kali, complementou que, no encontro do Fator Amazônico, a Secretária Nacional aceitou a
153 demanda e realizou a proposta de trazer para esse Conselho uma forma de organizar para não
154 perderem a linha das mulheres indígenas, que estão com dificuldades de acesso aos benefícios e na
155 implementação dos mesmos em várias regiões. Ressaltou que seria importante que apoiassem essa
156 iniciativa, pelo isolamento e a perda de local das pastas que tratam sobre as mulheres, gêneros e os
157 recortes étnicos raciais. A Conselheira Edna Aparecida Alegro, Representante da Federação
158 Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI, informou que à tarde, as 14h00,
159 Anexo II, Plenário III da Câmara, acontecerá um seminário na Comissão de Defesa dos Direitos da
160 Pessoa com Deficiência, que possui como tema o debate dos entraves para a concessão de
161 aposentadoria especial da pessoa com deficiência. Elucidou que haverá as seguintes mesas: Mesa I
162 – Pessoas com Deficiência, Mercado de Trabalho, Aposentadorias; Mesa II – Benefício de
163 Prestação Continuada, Auxílio Inclusão e Renda para Estimular o Acesso ao Trabalho; Mesa III –
164 Concessão da Aposentadoria Especial, o que esperar para implantação definitiva do direito. Relatou
165 que gostaria de estar presente nesse evento e verificou a possibilidade de mais representação do
166 CNAS no mesmo. O Presidente Fábio Moassab Bruni explicou que, quando se trata de um evento
167 que coincide com período do pleno do CNAS, ficam impossibilitado de participação. A Conselheira
168 Edna Aparecida Alegro justificou a sua ausência no período da tarde, pois estará participando desse
169 seminário, pela sua importância. A Conselheira Maira Leiliane Oliveira Almeida, Representante do
170 Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS, justificou que a sua
171 ausência no período da tarde, pois participará da Oficina Nacional sobre Travessia das Redes pelo
172 Brasil e informou que participou do segundo momento do ACESSUAS Trabalho, em que
173 apresentaram os trabalhos realizados, sendo que encaminharão o relatório dessa apresentação. O
174 Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira, Representante da Confederação Nacional dos
175 Trabalhadores da Seguridade Social – CNTSS, comunicou que os trabalhadores do SUAS, através
176 do Fórum Nacional, tiveram um encontro no Rio de Janeiro, nos dias 12 e 13 de dezembro, para
177 discutir sobre o impacto da PEC nº 55 e da reforma da Previdência. Ilustrou que foi elaborada uma

178 carta tratando sobre a posição dos trabalhadores nacionais em relação a essas reformas, que será
179 disponibilizada ao CNAS. O Conselheiro Maurício José Silva Cunha, Representante do Centro de
180 Assistência e Desenvolvimento Integral – CADI, informou que, hoje, as 16h30, será realizada a
181 entrega do Prêmio Chico Mendes de Transparência e Fiscalização Pública, visto que a sua entidade
182 foi contemplada com esse prêmio. O Presidente Fábio Moassab Bruni explanou que os informes do
183 MDSA serão encaminhados para a Secretaria-Executiva, para que a mesma repasse a todos os
184 Conselheiros. Arrazoou que o primeiro informe trata sobre o curso de elaboração do Plano de
185 Educação Permanente do SUAS, que estabelece as ações de educação permanente a serem
186 executadas pelo ente federado em conformidade com os princípios de diretrizes estabelecidos na
187 Política Nacional de Educação Permanente, deve ser orientando por um diagnóstico local de
188 necessidade de capacitação e formação com vistas ao aprimoramento dos conhecimentos e
189 competências necessárias ao exercício das três funções essenciais do SUAS: gestão, controle social
190 e provimento dos serviços, programas, projetos e benefícios. Explicou que o plano é um
191 instrumento de gestão para o planejamento e ofertas de ações de formação e capacitação e deve
192 estar sempre em processo de aprimoramento a partir das necessidades identificadas. Discorreu que o
193 objetivo geral é *“Nortear e estabelecer as ações de formação e capacitação para atuação nas*
194 *funções essenciais do SUAS, destacados a cima.”* E que período da oferta inicia no dia 09 de
195 janeiro de 2017 até o dia 20 de março de 2017. Articulou que o segundo informe diz respeito à
196 Oficina de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no SUAS, que aconteceu
197 nos dias 10 e 11 de novembro de 2016, com objetivo de elaborar subsídios para a criação de
198 diretrizes políticas e metodológicas de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua no
199 âmbito do SUAS, assim como fomentar a discussão sobre a oferta de serviços e metodologias
200 específicas para esse público na proteção especial de média e alta complexidade. Postulou que os
201 principais encaminhamentos foram: 01) Apresentação do conceito de crianças e adolescentes em
202 situação de rua, para deliberação conjunta entre o CNAS E CONANDA; 02) Construção de
203 metodologia específica para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua no âmbito
204 do SUAS; 03) Construção junto a SENARC do debate específico sobre a segurança de renda das
205 crianças e adolescentes em situação de rua; 04) Inclusão dos conteúdos de educação social de rua
206 nas orientações metodológicas dos serviços especializados de abordagem social; 05) Apresentação a
207 CIT e a CNAS de proposta de diretriz e compromisso político de atendimento a crianças e
208 adolescentes em situação de rua nos serviços do SUAS. Postulou que o terceiro informe é sobre a

209 Câmara Técnica das Medidas Socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços a
210 comunidade, entretanto, interrompeu a sua explanação para que iniciem a discussão sobre a
211 resolução da reforma previdenciária. Ressaltou que estão realizando todos os movimentos para
212 garantir os direitos e para impedir qualquer retrocesso e passou a palavra a Deputada. A Deputada
213 Rosinha cumprimentou a todos e relatou que será uma soldada nessa batalha contra a reforma da
214 previdência, especificamente pela supressão da proposta do texto de desvinculação do salário
215 mínimo com relação ao BPC. Salientou que o BPC, por ser um benefício, não deveria fazer parte
216 dessa proposta de reforma e arrazouo que está fazendo parte da Comissão de Seguridade Social e
217 Família, da Comissão da Pessoa com Deficiência e da Comissão da Mulher, que estarão na linha de
218 frente dessa discussão. Destacou os seguintes pontos da lei da reforma previdenciária que deveriam
219 ser discutidos: idade mínima da aposentaria; tempo de contribuição; equiparação entre mulheres e
220 homens e, trabalhadores urbanos e rurais; fixação teto no patamar estabelecido do regime geral da
221 previdência; cálculo do valor de aposentadoria; regras de transição; vedação do acúmulo de
222 aposentadoria e pensões; desvinculação do salário mínimo do BPC. Informou que estão trabalhando
223 em uma proposta de emenda de supressão da desvinculação do salário mínimo do BPC e que, se a
224 PEC da reforma previdenciária for aprovada na CCJ, será instalada uma comissão especial, que terá
225 o prazo de 40 seções do plenário para votar a proposta, sendo que a mesma terá que ser apreciada
226 em dois turnos do Plenário com intervalo de cinco seções entre uma votação e outra. Esclareceu
227 que, para aprovação da PEC, são necessários 308 votos de Deputados em cada uma das votações,
228 visto que depois de passar na Câmara seguirá para o Senado Federal, em que será analisada pela
229 CCJ do mesmo e depois em dois turnos no Plenário. Comentou que se o Senado Federal aprovar o
230 texto conforme recebido da Câmara, a emenda é promulgada e se o texto for alterado, voltará
231 novamente para a Câmara, para uma nova votação. Colocou-se a disposição do CNAS e entendeu
232 que precisam trabalhar para ganhar essa batalha. O Presidente Fábio Moassab Bruni entregou a
233 Deputada o manifesto público dos CEAS, manifestação da CIT e a carta aberta dos ex-dirigentes da
234 Secretaria Nacional de Assistência Social sobre as alterações do BPC, uma vez que todas trazem
235 argumentos contundentes em defesa do BPC e da manutenção da Assistência Social. A Deputada
236 Rosinha compreendeu que esses documentos servirão como argumento e fundamentação para o
237 texto legal da proposta de supressão do artigo do BPC e manifestou que, os posicionamentos que
238 forem interessantes sobre os outros itens destacados que deveriam ser discutidos, podem ser
239 encaminhados. A Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos realizou a leitura da minuta de

240 resolução sobre posicionamento contrário sobre a proposta ementa a Constituição, PEC nº 287 de
241 2016, que requisita ao Congresso Nacional a supressão da alteração do Artigo 203 da Constituição
242 Federal de 1988. Realizadas as alterações necessárias no texto, a resolução foi aprovada por
243 unanimidade. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira questionou como a Deputada observa a
244 posição das Centrais Sindicais que estão negociando a PEC e a Conselheira Luziana Carvalho de
245 Albuquerque Maranhão, Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional
246 – COFITO, ponderou que gostaria de discutir sobre uma forma de incluir os Conselhos Federais no
247 debate, de forma mais coletiva, colocando a disposição para tentar fazer essa articulação. A
248 Deputada Rosinha informou que já apresentou um requerimento para a realização de um seminário
249 específico para discutir sobre essa PEC, no início de fevereiro de 2017, em que podem fazer essa
250 articulação com a sociedade civil. A Conselheira Maria Soares dos Santos informou que, ainda
251 nessa semana, o Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social lançará uma nota contrária a
252 PEC e salientou que também gostariam de fazer esse diálogo. A Conselheira Edna Aparecida
253 Alegro sugeriu ao CNAS que convide a ANFIP para a próxima plenária, para que a mesma mostre
254 que não há déficit na Previdência Social. A Deputada Rosinha notificou que recebeu, via *Whatsapp*,
255 uma cartilha lançada recentemente, que trazem alguns dados que se contrapõe o que é apresentado
256 pelo Governo. O Presidente Fábio Moassab Bruni compreendeu que, quando forem elaborar a
257 programação da próxima reunião do CNAS, podem discutir a sugestão de convidar a ANFIP. A
258 Conselheira Edna Aparecida Alegro comunicou que providenciará, junto a ANFIP, o material que
259 possui publicado e disponibilizará a cada um dos Conselheiros. A Conselheira Elisa Maciel Costa
260 solicitou a Deputada que lute em conjunto para não deixar a pauta cair sobre a questão de gênero,
261 defendendo a mesma em todas as instâncias. A Deputada Rosinha agradeceu pela acolhida e inferiu
262 que as três Comissões, em que participa, são estratégicas para a discussão que será iniciada. O
263 Presidente Fábio Moassab Bruni ressaltou que a Deputada representa o posicionamento do CNAS,
264 como também toda a base social do Congresso Nacional e entregou a Resolução do CNAS nº 22, já
265 assinada. A Deputada Rosinha postulou que na audiência da Comissão da Pessoa com Deficiência
266 haverá um espaço para um representante do CNAS para realizar uma breve explanação e entregar
267 essa resolução. A Conselheira Edna Aparecida Alegro solicitou permissão para representar o CNAS
268 na Comissão da Pessoa com Deficiência e a Conselheira Elisa Maciel Costa justificou a sua
269 ausência no período da tarde de hoje dessa reunião. O Presidente Fábio Moassab Bruni propôs
270 retornar com os informes do MDSA, já que não possuem mais tempo para irem a Câmara, seguindo

271 posteriormente ao almoço. Com a concordância dos Conselheiros, relatou que a Câmara Técnica do
272 Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de
273 Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços a Comunidade da CIT, aconteceu nos dia 05 e 06
274 dezembro de 2016, teve como principais encaminhamentos: 01) Realizar o diagnóstico e o
275 mapeamento sobre o atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de
276 liberdade assistida e de prestação de serviços a comunidade em CRAS, em CREAS Regionais, em
277 entidades privadas e no órgão gestor da Assistência Social; 02) Incorporar a reflexão sobre as
278 experiências apresentadas no documento a serem sistematizado. Arrazoou que o quarto item de
279 informe tratada sobre a Câmara Técnica da Primeira Infância, que conforme disposto no Inciso III
280 do Artigo 5º da Resolução da CIT sugere parâmetros de avaliação do Programa Primeira Infância
281 no SUAS. Complementou que a Câmara teve como objetivo cumprir a deliberação da CIT e que as
282 características que os programas ou serviços municipais deverão apresentar para serem
283 consideradas ações similares ao Programa Primeira Infância no SUAS são: 01) Realização de
284 visitas domiciliares com periodicidade mínima mensal para famílias com crianças de zero a seis
285 anos; 02) Garantir a intersetorialidade ou trabalho em rede como estratégia de gestão e de execução;
286 03) Desenvolver a ação com algum nível de integração com a Política de Assistência Social; 04)
287 Atender famílias com gestantes e crianças de zero a seis anos; 05) Realizar atividades
288 complementares voltadas para crianças, gestantes e famílias, com foco na promoção ao
289 desenvolvimento infantil; 06) Capacitação com equipes. Comunicou que houve uma recomposição
290 orçamentária bastante expressiva, na ordem de R\$457 milhões, o que será suficiente para empenhar
291 todos os recursos de todos os serviços de 2016. Prosseguindo para a apresentação da pesquisa do
292 IPEA sobre equipes técnicas dos Conselhos Nacionais, o Sr. Daniel Avelino, Representante do
293 IPEA, cumprimentou a todos e explanou que a pesquisa do IPEA foi realizada entre 18 de agosto e
294 13 de outubro de 2016, com 28 entrevistas realizadas, em que procuraram mapear como era o
295 funcionamento do Conselho do ponto de vista da sua equipe técnica de apoio. Relatou que foi
296 usado, como base, os Conselhos que compõe o Fórum Interconselhos, que estão descritos no Guia
297 dos Conselhos Nacionais editado pela Presidência da República em 2013 e que, o objetivo da
298 pesquisa foi mapear a estrutura administrativa e descrever a organização e funcionamento desses
299 colegiados, inclusive do ponto de vista de suas articulações com os Estados, municípios e
300 Conferência. Complementou que o objetivo específico foi pensar como esses colegiados tratam o
301 PPA, o monitoramento das peças orçamentárias e do planejamento e saber como as mudanças

302 ministeriais e presidenciais afetaram o seu funcionamento. Apresentou a lista dos Conselhos
303 entrevistados e não entrevistados por motivos variados. A Sra. Joana, Representante do IPEA,
304 explicou como foi montada a apresentação e arrazoou que um dos tópicos da entrevista, sobre a
305 atuação da sociedade nos Colegiados, Conselhos e Comissões foram investigados após a troca de
306 governo, em que foi observada que o Conselho Nacional de Direitos Humanos, no qual as
307 organizações da sociedade discutiram se manteriam no Conselho ou não, porém, essa discussão não
308 foi realizada no âmbito do Conselho. Ilustrou que o Conselho Nacional de Economia Solidária
309 também teve discussões da sociedade se prosseguiriam ou não no Conselho, sendo que os
310 Conselheiros decidiram prosseguir. No Conselho Nacional de Política de Igualdade Racial,
311 discorreu que alguns Conselheiros e entidades da sociedade se manifestaram formalmente por
312 escrito ou por telefone o seu desligamento do Conselho, na época da mudança de Governo e
313 salientou que isso também aconteceu no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional,
314 sendo que houve discussões sobre a extinção do mesmo e a retirada geral da sociedade civil.
315 Ponderou que dentre dos desafios identificados no trabalho dos Conselhos, o primeiro é o desafio de
316 definir quais serão os ocupantes no caso da paridade de 25% para cada representação de usuário,
317 trabalhador, entidade da sociedade e governo. Outro desafio se trata da questão das mudanças
318 ministeriais ocorridas em 2015 e 2016, que trouxe a questão de o que fazer com vaga do Conselho
319 que é destinada para o Ministério que foi extinto. O Sr. Daniel Avelino articulou que o item
320 seguinte foi uma tentativa de mapear como os Conselhos estão subdivididos internamente do ponto
321 de vista de grupos mais especializados de Conselheiros, visto que observaram que uma parte desses
322 subgrupos tem uma função bastante específica de apoio a presidência do Conselho ou de apoio a
323 coordenação de reuniões, seja por meio da discussão ou controle de pauta, da descrição de temas a
324 serem deliberados, de discussões ou representação “*Ad Referendum*” de um Conselho. Além desses
325 grupos especializados, manifestou que existe outra categoria de grupos temáticos, que são criados e
326 compostos por Conselheiros para discutir um tema ou assunto específico que exige uma atuação
327 especializada dos Conselhos, sendo que geralmente são chamados de comitês, comissões ou
328 câmaras, podendo ser permanentes ou temporárias. Articulou que de acordo com a quantidade de
329 subgrupos criados nos Conselhos, podem constatar que a maior parte dos Conselhos pesquisados
330 trabalha com um número reduzido. A Sra. Joana postulou que outro item tratado na entrevista foi
331 como a equipe técnica lida com elaboração da pauta das reuniões ordinárias dos Conselhos, em
332 obtiveram as seguintes respostas: por meio de consulta aos Conselheiros; pelas Secretarias-

333 Executivas ou pelo Presidente; por demandas diretas; e por reuniões prévias. Destacou o Conselho
334 Nacional de Política Energética que elabora a sua pauta de dois a três meses antes, por demanda
335 direta e o CNAS, que elabora também a pauta por demanda direta, sendo o único Conselho que
336 pública a mesma no Diário Oficial da União. Com relação à frequência de reuniões, o Sr. Daniel
337 Avelino postulou que perceberam que, na distribuição, a maioria dos Conselhos tem reuniões com
338 periodicidade mensal ou bimestral e com duração de dois dias, incluindo os espaços reservados para
339 as Comissões Temáticas. Salientou que os Conselheiros alegam que esse gráfico não representa o
340 total dos esforços e das atividades realizadas pelos Conselheiros, pois o fato de estarem presentes
341 nas reuniões plenárias, não significa que o mesmo é apenas Conselheiro nessa reunião. Informou
342 que os tipos mais comuns de denominação das decisões tomada nos Conselhos são: monções,
343 recomendações ou resoluções e que, foram destacados como um de seus produtos a realização de
344 audiências públicas e consultas públicas antes da sua tomada de decisão. Relatou que as condições
345 para funcionamento dos Conselhos foram ressaltadas os recursos financeiros de fonte orçamentária
346 e as ações orçamentárias próprias. A Sra. Joana explanou que buscaram entender quais foram as
347 estratégias utilizadas pelos Colegiados para lidar com os cortes orçamentário de 2015 e 2016, visto
348 que no CNAS houveram estratégias para otimizar os recursos, como realizar reuniões conjuntas no
349 mesmo local e data e o Conselho Nacional da Criança e Adolescente diminuiu o nível de atividade,
350 não enviando representantes ao Encontro Nacional de Conselhos Municipais. Além dos recursos
351 financeiros, o Sr. Daniel Avelino arrazoou que compreenderam que parte humana seria um insumo
352 essencial para o funcionamento dos Conselhos, uma vez que tentaram mapear como era e quanto
353 era a formação das equipes de apoio técnico. Elucidou que observaram que uma parte dos
354 Conselhos, cinco dos 28 Conselhos pesquisados, não contava com nenhuma equipe de apoio
355 exclusiva e 23 Conselhos contavam com equipe de apoio para suas rotinas administrativas.
356 Discorreu as equipes podem ser formadas por funcionários no exercício de cargos em comissão,
357 funcionários efetivos sem vínculo comissionado ou outros tipos de vínculos, como terceirizados,
358 consultoria ou estagiários. Apresentou um gráfico do quantitativo de funcionários públicos
359 destinados as equipes de apoio dos diversos Conselho e ponderou que é bastante evidente que a
360 maior parte dos Conselhos contam com uma equipe de apoio extremamente reduzida. A Sra. Joana
361 articulou que na atuação do Colegiado na Conferência da área encontram as seguintes respostas: o
362 próprio Conselho organiza a Conferência; indicou informações sobre encaminhamento das
363 deliberações das Conferências; não havia previsão de Conferência; não realizam Conferência; e

364 participam de Conferências de áreas afins. Destacou os casos que entenderam que seria interessante
365 compartilhar e postulou que na relação do Colegiado Federal com os Colegiados Estaduais e
366 Municipais, seis Conselhos entendem que não é viável essa interação nesse momento, parte entende
367 que não é responsabilidade do Conselho Nacional, cinco declararam que promovem encontros
368 periódicos, quatro realizam encontros pontuais para tratar de assuntos específicos, um utiliza outros
369 espaços e três estão pesquisando informações a respeito dos Conselhos Estaduais e Municipais. O
370 Sr. Daniel Avelino elucidou que outro aspecto pesquisado foi como cada Conselho se relaciona com
371 o PPA em que houve várias respostas variadas, sendo que nove Conselhos declararam que não
372 monitora o PPA diretamente, um grande número declarou que monitora o mesmo por meio do
373 Fórum Interconselhos, alguns monitoram e acompanham programa ou plano nacional específico da
374 área e um grupo declarou que discutem o PPA. Postulou que, quanto no monitoramento do PPA ou
375 da política nacional da área, predomina aqueles casos que delegam essa atividade para uma
376 subcomissão ou comitê específico e apresentou alguns casos de Conselhos que realizam
377 monitoramento do PPA. Acrescentou que além de fazer o levantamento dessas informações,
378 realizaram uma comparação razoável entre as variáveis levantadas, em que identificaram que o
379 número de divisões interna criada pelo Conselho e o tempo de duração das reuniões está
380 relacionado com o tamanho de sua equipe de colaboradores. Em relação ao monitoramento do PPA,
381 explanou que perceberam que os Conselhos que possuem um número maior de colaboradores
382 apresentaram um número maior de iniciativas de monitoramento do PPA. O Presidente Fábio
383 Moassab Bruni agradeceu pela apresentação e salientou que realizaram uma articulação forte com o
384 Congresso Nacional para recompor o orçamento de 2016, visto que na última semana receberam um
385 contingente de recomposição orçamentária bastante expressiva para fechar ano. Relatou que na
386 composição do CNAS existem representações governamentais do CONGEMAS e do FONSEAS e
387 explicou os tipos de reuniões realizadas pelo Conselho. A Conselheira Tathiane Aquino Araújo,
388 Representante da Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil – REDE TRANS/SE, parabenizou o
389 IPEA e compreendeu que para os Conselhos que ainda não estão na estrutura fixa do Ministério é
390 importante o estudo e qualificação, para reforçar o quanto ainda é necessário qualificar. A
391 Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão arrazoou que houve uma proposta de
392 alguns Conselhos do CONSEA, com a mudança de governo, de renúncia em bloco de toda
393 sociedade civil, sendo que representou o CNAS e se posicionou que entendia toda a expectativa
394 negativa que havia naquele momento, porém, foi contrária aquela renúncia. A Conselheira

395 Rosângela Maria Soares dos Santos discorreu que avaliou que, quando houve a discussão sobre a
396 renúncia, o espaço do controle social precisava mais do que nunca de ocupação da sociedade e
397 afirmou que a equipe de apoio do CNAS, de fato, traz todo o conhecimento necessário sobre a
398 política de Assistência Social. O Conselheiro Leovane Gregório ponderou que os dados colocam
399 mais responsabilidade como Conselheiros do CNAS e comentou que essa pesquisa mostra que os
400 Conselhos que não possuem uma boa estrutura, periodicidade de reuniões e não acompanha a
401 política pública, seus segmentos estão aquém ou não conseguem imprimir as suas ações no país.
402 Finalizado o assunto, a Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho destacou que desde a reunião
403 realizada em Belém está sinalizando que a 250ª Reunião Ordinária do CNAS é uma marca que deve
404 ser comemorada, como uma forma de firma o compromisso do Conselho de defesa do controle
405 social. Informou que a Secretaria-Executiva realizará uma singela homenagem a essa data com a
406 apresentação de um vídeo e uma placa em comemoração as 250 reuniões ordinárias ininterruptas.
407 Após a execução do vídeo, o Presidente Fábio Moassab Bruni agradeceu pelas homenagens e
408 seguiram para solenidade de apresentação da placa. Retornando os trabalhos, o Daniel Avelino
409 ressaltou que é uma honra está presente nessa reunião e colocou o IPEA sempre a disposição. O
410 Presidente Fábio Moassab Bruni questionou se pode distribuir esse material com os Conselhos, por
411 ainda se tratar de um material preliminar e solicitou que seja encaminhado o relatório final. O Sr.
412 Daniel Avelino ilustrou que podem encaminhar a apresentação por *e-mail*. A Conselheira Célia
413 Maria de Souza Melo Lima solicitou a antecipação do relato da Comissão de Políticas, tendo em
414 vista que não poderá realizar esse relato amanhã e que existe três resoluções importantes para
415 deliberação, sendo que uma delas exige quórum qualificado. A Conselheira Solange Teixeira
416 concordou com a sugestão e propôs antecipar o relato da Comissão Organizadora da Conferência
417 para o primeiro item da pauta de amanhã. O Presidente Fábio Moassab Bruni ponderou que podem
418 realizar o relato da Comissão Organizadora as 14h00. O Sr. Alan solicitou que fosse aberta a
419 possibilidade de uma explanação breve dos usuários com relação as Conferências, em virtude da
420 impossibilidade de acompanharem o segundo dia de reunião do CNAS e o Presidente Fábio
421 Moassab Bruni explanou que serão compartilhados os resultados da memória. Seguindo para o
422 relato da memória da reunião da Comissão de Políticas de Assistência Social realizada no dia 13 de
423 dezembro de 2016, a Conselheira Célia Maria de Souza M. Lima elencou participantes presentes e
424 articulou que no momento conjunto da Comissão de Políticas e de Normas da Assistência Social,
425 foram debatidos os seguintes itens de pauta: I) Apreciação da Minuta de Resolução Conjunta

426 CONANDA/CNAS, que altera as orientações técnicas para o serviço de acolhimento institucional
427 incluindo uma proposta de metodologia específica para crianças e adolescentes em situação de rua.
428 Encaminhamento: A Comissão de Políticas Públicas do CONANDA e a plenária do CONANDA
429 apreciaram a proposta de resolução que dispôs sobre o atendimento de crianças e adolescentes em
430 situação de rua, e incluiu o subitem 4.6 no Item IV do Capítulo 03 do documento “Orientações
431 Técnicas de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, apreciada e aprovada
432 previamente pela Comissão de Políticas e de Normas do CNAS. Diante disso, a Comissão de Política
433 recomenda a plenária do CNAS sua aprovação. Postulou que na reunião da Comissão de Políticas
434 da Assistência Social, foram debatidos os seguintes pontos de pauta: II) Pacto de Aprimoramento
435 do SUAS – Gestão Estadual 2016/2019. Encaminhamento: Enviar a apresentação em *Power Point*
436 do Pacto do Aprimoramento do SUAS – Gestão Estadual 2016/2019 para todos os Conselheiros do
437 CNAS, tendo em vista que no início de 2017 o CNAS apreciará a proposta de resolução que
438 aprovará o referido Pacto. III) Apreciação da Minuta de Resolução de redesenho do Programa
439 Nacional de Promoção e Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho. Encaminhamento:
440 Recomenda a plenária do CNAS a aprovação da resolução que altera a Resolução nº 18 de 24 de
441 maio de 2012 do CNAS, que institui o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do
442 Trabalho – ACESSUAS Trabalho - Anexo A; e a resolução que altera o Artigo 3º da Resolução nº
443 17 de 05 de junho de 2014 do CNAS, que aprova as metas e critérios de partilha para o
444 cofinanciamento do Programa Nacional de Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho para
445 exercício de 2014 – Anexo B. IV) Outros Assuntos - Discussão sobre o Conselho Nacional dos
446 Povos e Comunidades Tradicionais. Encaminhamento: Recomenda ao CNAS que encaminhe ofício
447 ao referido Conselho solicitando uma vaga como convidado permanente com direito a voz e voto.
448 V) Definição da pauta da reunião do dia 07 fevereiro de 2017: Apresentação pela SNAS/MDSA das
449 ações intersetoriais do SUAS – Desafios e perspectivas; Monitoramento do Plano de Ação da
450 Comissão, com a definição das prioridades para 2017. Realizada a leitura da Minuta de Resolução
451 Conjunta CONANDA/CNAS, que altera as orientações técnicas para o serviço de acolhimento
452 institucional incluindo uma proposta de metodologia específica para crianças e adolescentes em
453 situação de rua. A Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris relatou que esse tema tem sido
454 pautado no CNAS desde outubro de 2016, sendo que a SNAS realizou uma oficina convidando os
455 especialistas nessa área para aprofundar o tema. Arrazouou que essa resolução passou pelas
456 Comissões e hoje, pela manhã, passou pela plenária do CONANDA e salientou que chegaram a

457 esse consenso a partir dos debates e que, há outros elementos que estão em curso, que necessitarão
458 mais aprofundamento. A Conselheira Márcia Cristina Leal Góes discorreu que gostaria de mais
459 esclarecimento em relação a metodologia sobre a Letra A do item 4.61, sobre as lacunas que
460 existem nos serviços de acolhimento por porte. A Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris
461 explicou que o acolhimento funcionará da mesma maneira que as regras do SUAS prevêem hoje e
462 que, o que está colocado é princípio de acolhimento na Rede de Assistência Social possa estar
463 disponível quando houver a necessidade de acolhimento. A Conselheira Norma Suely de Souza
464 Carvalho, Representante da Capemisa Instituto de Ação Social, compreendeu que a preocupação da
465 Conselheira Márcia Cristina Leal Góes é que o documento crie uma obrigação para o município de
466 criar o serviço e explicou que o documento está trazendo a normatização para esse serviço, não
467 obrigando o município a criá-lo. O Conselheiro Carlos Nambu, Representante da Inspeção São
468 João Bosco, intuiu que o Item A remete para o que já existe na orientação institucional e arrazoou
469 que a resolução não abordou sobre a saúde mental. Questionou qual será o serviço diferenciado e
470 qual o atendimento em relação as crianças e adolescentes em situação de rua com saúde mental. A
471 Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão intuiu que qualquer pessoa, que leia essa
472 resolução, entenderá que possuem um suporte de rede instalada para esse tipo de acolhimento e
473 sugeriu inserir a seguinte redação: *“por meio de serviços próprios, conveniados ou contratados”*,
474 para dar uma dimensão da realidade nacional. O Conselheiro Luís Otávio Pires Farias propôs retirar
475 “sua rede”, que causa uma interpretação de que será uma rede no município e a Conselheira
476 Mariana de Sousa Machado Neris explanou que não é um serviço novo e que, quando houver um
477 serviço de acolhimento e uma necessidade de acolhimento de crianças em situação de rua, devem
478 adotar estratégias diferenciadas de atendimento com os cuidados elencados. Ilustrou que a ideia do
479 Item A é que não seja recusado o atendimento da criança no serviço do município e que, existem
480 outros encaminhamentos para que sejam trabalhados os outros serviços da Assistência Social que já
481 atendem crianças e adolescente em situação de rua. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima
482 afirmou que o CONANDA já aprovou essa resolução e explicou que as modificações sugeridas
483 terão que retornar ao mesmo. A Conselheira Márcia Cristina Leal Góes destacou que está muito
484 preocupada com redação do Item A e a Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho entendeu que
485 o ideal seria criar um serviço diferenciado. O Conselheiro Leovane Gregório discorreu que o texto,
486 com a correção sugerida pelo Conselheiro Luís Otávio Pires Farias no Item A contempla a proposta
487 e a Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos inferiu que o texto pode remeter a um serviço

488 que está garantido no Estatuto da Criança e do Adolescente, entretanto, afirmou que isso não
489 acontece. O Conselheiro Carlos Nambu indagou se o acolhimento de crianças em saúde mental é
490 uma nova modalidade dentro das orientações do acolhimento institucional ou estaria apenas
491 agregando mais uma atribuição dentro do acolhimento que já existe. A Conselheira Luziana
492 Carvalho de Albuquerque Maranhão ponderou que existe uma resistência muito grande da
493 integração entre o SUAS e o SUS e entendeu que se houvesse um protocolo sobre a
494 intersectorialidade, talvez, conseguiriam impulsionar esse trabalho. O Presidente Fábio Moassab
495 Bruni compreendeu que, nesse sentido, o caminho seria demandar que a Secretaria se articulasse
496 nos moldes que foi nota técnica referendada pelo CNAS em relação ao atendimento as gestantes. A
497 Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris explanou que a Resolução nº 109 estabelece os
498 serviços socioassistenciais, sendo que a tipificação trata como modalidade serviço de acolhimento
499 institucional, serviço de acolhimento em família acolhedora, serviço de acolhimento em república e
500 serviço de calamidade. Elucidou que estão ampliando o caderno de orientações técnicas, no
501 Capítulo III, que trata sobre os parâmetros de funcionamento conforme os tipos de unidades. A
502 Conselheira Márcia Cristina Leal Góes afirmou que muito lhe preocupa a seguinte redação:
503 *“Independente de haver uma atenção especializada, deve se assegurar o atendimento integral*
504 *humanizado.”*, pois favorece a precarização do atendimento. O Conselheiro Luís Otávio Pires
505 Farias sugeriu que seja realizado o encaminhamento e o Presidente Fábio Moassab Bruni postulou
506 que o texto dessa resolução já foi aprovado por esse Conselho e que as alterações proposta são para
507 melhorar a redação. A Conselheira Clátia Regina Vieira, Representante da Federação Nacional dos
508 Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF, destacou
509 que essa resolução é muito importante, porém, entendeu que há uma necessidade de rediscutir
510 alguns itens. A Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris relatou que a redação das orientações
511 técnicas foi aprovada na plenária e foi encaminhada para aprovação do CONANDA, sendo que na
512 Comissão houve a inclusão do conceito no Artigo 1º e uma alteração do Caput da resolução.
513 Comentou que não existe a necessidade urgente de aprovação e que, se não há o consenso para
514 aprovação, podem rever o encaminhamento da Comissão. Diante a situação, o Presidente Fábio
515 Moassab Bruni sugeriu suspender esse debate e seguir para a próxima resolução. Os Conselheiros
516 concordam com a proposta e a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima realizou a leitura da
517 Resolução que altera a Resolução nº 18 de 24 de maio de 2012 do CNAS, que institui o Programa
518 Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho e da Resolução

519 que altera o Artigo 3º da Resolução nº 17 de 05 de junho de 2014 do CNAS, que aprova as metas e
520 critérios de partilha para o cofinanciamento do Programa Nacional de Promoção da Integração ao
521 Mundo do Trabalho para exercício de 2014. A Conselheira Tathiane Aquino Araújo destacou que
522 mais uma vez o CNAS se lembrou de dar visibilidade diversas populações que vivem em risco
523 vulnerabilidade social e se esqueceu da população LGBT e o Presidente Fábio Moassab Bruni
524 solicitou a Conselheira para elaborar uma proposta de redação sobre a população LGBT. O
525 Conselheiro Leovane Gregório solicitou explicações sobre quais foram as alterações sugeridas em
526 relação a Resolução nº 18 do CNAS. A Conselheira Renata Aparecida Ferreira, Representante do
527 Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, esclareceu que na resolução que cria o
528 ACESSUAS Trabalho possui uma vinculação com o PRONATEC, que intermediava o
529 cumprimento das vagas, visto que a mudança se relaciona com a operacionalização, em que o
530 programa passa a ter uma ação direta com os usuários através de oficinas de orientação para o
531 mundo do trabalho. Complementou que a equipe do ACESSUAS passará a identificar os usuários
532 junto com PAIF e a referenciar o perfil do mesmo para o município, uma vez que a avaliação do
533 programa demonstra a dificuldade de oferta de oportunidades que respondam a natureza da mão de
534 obra existente no grupo de pessoas trabalhadas. O Conselheiro Leovane Gregório entendeu que
535 deveria ser dada uma relevância para as pessoas com deficiência na contextualização da resolução,
536 por se tratar de um grupo que possui muita dificuldade em acessar e terminar o curso. O Presidente
537 Fábio Moassab Bruni colocou para apreciação dos Conselhos a Resolução que altera a Resolução nº
538 18 de 24 de maio de 2012 do CNAS e não havendo nenhum voto contrário, a resolução foi
539 aprovada por unanimidade. Informou que existe a proposta de inclusão do seguinte parágrafo na
540 Resolução que altera o Artigo 3º da Resolução nº 17 de 05 de junho de 2014 do CNAS: “*Contribuir*
541 *para o acesso das pessoas com deficiência ao mundo do trabalho com vistas a superação de*
542 *barreiras, ao fortalecimento da autonomia, do protagonismo e da participação social.*”. A
543 Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho compreendeu que possuem duas propostas de
544 encaminhamento, uma considerando que o Item VII contempla todos as categorias e outra com a
545 alteração sugerida pelo Conselheiro Leovane Gregório. Após varias discussões, o Presidente Fábio
546 Moassab Bruni colocou para apreciação dos Conselheiros a Resolução que altera o Artigo 3º da
547 Resolução nº 17 de 05 de junho de 2014 do CNAS e não havendo nenhum voto contrário, a
548 resolução foi aprovada por unanimidade. A Conselheira Renata Aparecida Ferreira agradeceu pelo
549 empenho do Conselho nesse tema e o Presidente Fábio Moassab Bruni informou que, devido a

550 suspensão do debate sobre a resolução conjunta do CONANDA/CNAS e a sugestão de fazer esse
551 debate juntamente com o CONANDA amanhã pela manhã, será realizada uma alteração na pauta
552 inserindo a discussão do CONANDA no lugar do relato da Comissão de Ética que não realizou a
553 sua reunião. **ENCERRAMENTO 14/12/2016:** O Presidente Fábio Moassab Bruni agradeceu a
554 presença de todos e encerrou o primeiro dia de reunião. **ABERTURA 15/12/2016:** O Presidente
555 Fábio Moassab Bruni iniciou o segundo dia da 250ª Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando
556 a todos e seguiu para o relato da Reunião da Presidência Ampliada, elencando os participantes
557 presentes. Informou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: I) Informes das reuniões das
558 Comissões Temáticas. Comissão de Financiamento, a Presidência Ampliada solicitou que, a partir
559 de um dos quadros apresentados pelo Subsecretário do Tesouro Nacional na sua apresentação na
560 Reunião Descentralizada e Ampliada, inclua como item de pauta a revisão da classificação
561 orçamentária da Assistência Social. Encaminhamento: A apresentação do Subsecretário do Tesouro
562 Nacional, Sr. Pedro Jucá, e a Portaria nº 96/2019 serão enviadas aos integrantes da Comissão para
563 subsidiar esse trabalho. Comissão Normas – Encaminhamento: Em razão da discussão do
564 Regimento Interno do CNAS na Comissão de Normas, a Presidência Ampliada solicitou que a
565 Secretaria-Executiva do CNAS faça o resgate histórico da construção do Regimento Interno e do
566 Manual de Procedimento Administrativo, para subsidiar a reunião da Comissão em fevereiro de
567 2017. Comissão de Política - sobre a consulta da composição do Conselho Nacional de Povos e
568 Comunidades Tradicionais a partir do encaminhamento da CPAS, a Secretaria-Executiva realizou a
569 consulta ao Decreto nº 8750/2016 e verificou que não é possível que o CNAS componha o
570 Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Encaminhamento: O CNAS
571 encaminhará ofício ao Presidente do CNPCT consultando sobre a possibilidade do CNAS participar
572 das reuniões como convidado permanente com direito a voz, conforme Inciso II do Artigo 4º ou
573 como convidado permanente do CNPCT, de acordo com o disposto no Inciso IV do Artigo 4º do
574 Decreto nº 8750/2016. Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda -
575 Solicitação da Comissão de que a reunião em fevereiro ocorra no dia 06 de fevereiro de 2017, das
576 10h00 as 18h00. Encaminhamento: A solicitação foi aprovada pela Presidência Ampliada. II)
577 Indicação do CNAS para compor a Câmara Técnica da CIT de Medidas Socioeducativas em Meio
578 Aberto. Encaminhamento: A Presidência Ampliada indicou o Conselheiro Leovane Gregório para
579 participar da Câmara. II) Nota de repúdio a PEC nº 55 de 2016 – O Conselho de Assistência Social
580 do município de Belém encaminhou no dia 24 de novembro de 2016 uma nota ao CNAS

581 manifestando-se contrário a proposta de Emenda Constitucional nº 55; Conselho Municipal de Juiz
582 de Fora encaminhou no dia 02 de dezembro de 2016 nota se posicionando contrário a PEC nº 241
583 de 2016; Conselho Municipal de Assistência Social de Umuarama/PR encaminhou no dia 01 de
584 dezembro de 2016 nota de repúdio a proposta de Emenda Constitucional nº 241 de 2016;
585 FONACEAS e CAS/DF encaminharam no dia 28 de novembro nota aprovada no 36º Encontro do
586 Fórum realizado em Maceió/AL, manifestando-se contrário a proposta de Emenda Constitucional nº
587 55 de 2016. Encaminhamento: Acusar o recebimento das cartas e encaminhar nota do CNAS
588 contrária a PEC 2016 aos três CMAS e ao FONACEAS. III) Informes: FONASEAS encaminhou a
589 carta de Maceió “Compromissos em defesa do Controle Social” para divulgação; Ofício 06/2016 do
590 Conselho Municipal de Assistência Social de Rosário do Ivaí/PR e em reunião no dia 28 de outubro
591 de 2016, aprovou carta elaborada em conjunto com o Fórum Regional de Assistência Social do
592 Pará, solicitando ao CNAS ações frente a atual conjuntura da social, política e econômica no que
593 tange as políticas públicas de Assistência Social no país. Encaminhamento: Acusar o recebimento
594 dos documentos e ressaltar as ações do CNAS em relação a atual situação social no país. IV) Pauta
595 da 251ª Reunião Ordinária do CNAS, de fevereiro de 2017: Dia 06/02/2017: das 09h00 as 18h00 -
596 Reunião da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social; das 10h00
597 as 18h00 – Reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda.
598 Dia 07/02/2017: das 09h00 as 16h00 – Reuniões das Comissões de Acompanhamento aos
599 Conselhos de Assistência Social, de Políticas, de Financiamento e Orçamento e de Normas; das
600 16h00 as 18h00 – Reunião da Presidência Ampliada e da Comissão de Ética. Dia 08/02/2017: 251ª
601 Reunião Ordinária do CNAS - das 09h00 as 09h30 – Aprovação da Ata da 250ª Reunião Ordinária
602 do CNAS e da pauta da 251ª Reunião Ordinária do CNAS; das 09h30 as 10h30 – Informes da
603 Presidência, Secretária-Executiva, MDSA, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros; das
604 10h30 as 12h00 – Relato da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de
605 Renda; das 14h00 as 16h00 – Garantia do Direito a Renda – Benefício de Prestação Continuada e
606 articulação do CNAS com os Conselheiros de Defesa de Direitos; das 16h00 as 18h00 – Relato da
607 Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Dia 09/02/2016
608 Continuação da 251ª Reunião Ordinária do CNAS – das 09h00 as 10h00 – Relato da Presidência
609 Ampliada; das 10h00 as 12h00 – Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento; das 14h00 as
610 15h00 – Relato da Comissão de Ética; das 15h00 as 16h00 – Relato da Comissão de Políticas; das
611 16h00 as 17h00 – Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos; 17h00 as 18h00 –

612 Relato da Comissão de Normas. A Conselheira Edna Aparecida Alegro informou que no seminário
613 da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência recebeu uma carta de repúdio do
614 Comitê Brasileiro das Organizações Representativas das Pessoas com Deficiência para entregar ao
615 CNAS. A Conselheira Solange Teixeira solicitou que o relato da Comissão Organizadora da
616 Conferência fosse antecipado para o primeiro dia de reunião ordinária do CNAS, de 10h30 as
617 12h00, ficando o relato da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda
618 das 14h00 as 16h00 e posteriormente a apresentação sobre a Garantia do Direito a Renda –
619 Benefício de Prestação Continuada e articulação do CNAS com os Conselheiros de Defesa de
620 Direitos. O Presidente Fábio Moassab Bruni concordou com a sugestão e a Conselheira Edna
621 Aparecida Alegro lembrou que havia sugerido convidar a ANFIP. O Presidente Fábio Moassab
622 Bruni sugeriu alterar o item de pauta para “Garantir do Direito a Renda na Seguridade Social”,
623 convidando os Conselhos e a ANFIP. Prosseguindo para a discussão do CONANDA sobre a
624 resolução conjunta CONANDA/CNAS, que trata do acolhimento das crianças e adolescentes em
625 situação de rua, a Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris agradeceu a presença dos
626 representantes do CONANDA e registrou que realizaram a discussão cerca do debate dos produtos
627 elaborados pelo Grupo de Trabalho do CONANDA, sendo que elaboraram o histórico da evolução
628 do mesmo dentro do CNAS, inclusive iniciando a partir da provocação de resolução conjunta
629 apresentada pelo GT. Informou que surgiram algumas dúvidas a cerca do resultado desse trabalho e
630 explanou sobre os documentos recebidos do GT do CONANDA e como foi conduzido o debate nas
631 Comissões. Arrazoou que existem dúvidas em relação ao conteúdo do acolhimento, no sentido se
632 esse serviço daria conta de todo o atendimento da criança e adolescente em situação de rua. A
633 Conselheira Márcia Cristina Leal Góes ilustrou que a sua dúvida foi em relação a Letra A do Item
634 4.61 e que, refletindo sobre a inexistência de uma rede consistente na grande maioria dos
635 municípios, em especial nos municípios de pequeno porte I, solicitou que a redação fosse alterada
636 da seguinte forma: *“Toda criança e adolescente, que necessitar de acolhimento em qualquer
637 situação ou condição, deverá ter o seu atendimento assegurado pela rede de serviços de
638 acolhimento local/regional e/ou em articulação com Estado, conforme a situação.”*. O Sr. Manoel
639 Torquato, Representante do CONANDA, cumprimentou a todos e esclareceu que a sugestão de
640 alteração do texto não compromete o mérito da proposta, porém, ponderou que possui receio pela
641 não aprovação, pois o tempo de gestão do CONANDA será encerrado hoje, as 17h00.
642 Compreendeu que poderiam fazer a discussão do ajuste da proposta na resolução no período da

643 tarde no CONANDA. O Conselheiro Carlos Nambu inferiu que seria necessário um comentário em
644 relação ao atendimento especializado as crianças e adolescentes em situação de rua e o Conselheiro
645 Leovane Gregório discorreu que a proposta de alteração é interessante por incluir a
646 responsabilidade do Estado no processo de forma clara. O Sr. Manoel Torquato elucidou que na
647 nova fórmula de atendimento haverá um Centro Dia com uma estratégia de atendimento
648 especializado e registrou que existe um projeto aprovado no CONANDA, que apresentará esse
649 material em todas as capitais. Agradeceu ao CNAS pelo trabalho conjunto realizado. O Presidente
650 Fábio Moassab Bruni agradeceu pela colaboração e informou que, nessa semana, saiu a portaria
651 convocando a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, cujo tema é a “Garantia de Direitos
652 no Fortalecimento do SUAS”. Colocou para apreciação dos Conselheiros a Minuta de Resolução
653 Conjunta CONANDA/CNAS com a alteração sugerida e não havendo nenhum voto contrário, a
654 resolução foi aprovada. Seguindo para o relato da Reunião da Comissão Organizadora da 11ª
655 Conferência Nacional de Assistência Social realizada no dia 01 de dezembro de 2016, o Presidente
656 Fábio Moassab Bruni elencou os participantes presentes e informou que foram debatidos os
657 seguintes itens de pauta: I) Formato e estrutura da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social.
658 Encaminhamentos: 01) Propõe a plenária do CNAS que o número de delegados seja em torno de
659 1000 a 1070, considerando a média de participantes das últimas dez Conferência a) utilizar a
660 estratégia da última Conferência Nacional de se fazer uma Conferência mais qualificada e enxuta,
661 bem como o momento atual de crise econômica no Brasil; 02) Propõe que o número de
662 colaboradores, conferencistas, convidados, expositores de estandes e apoio técnico permaneçam o
663 mesmo da X Conferência Nacional de Assistência Social: A: 20 Conferencistas, B: 130 apoio
664 técnico e operacional, C: 50 acompanhantes dos delegados com deficiência; D: 60 expositores de
665 estandes e E: 176 convidados; 03) Propõe que seja estabelecida a categoria de observadores com
666 300 vagas; 04) o CNAS fará um informe durante a Reunião Trimestral com os CEAS e CAS/DF, no
667 dia 12 de dezembro de 2016, quando serão colhidos subsídios em relação aos critérios de
668 distribuição dos delegados para 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. II) Critérios de
669 distribuição dos delegados de âmbito municipal e estadual e do Distrito Federal para 11ª
670 Conferência Nacional de Assistência Social. Encaminhamento: Solicitar ao Departamento de
671 Gestão do SUAS/SNAS uma proposta de distribuição dos delegados de âmbito municipal, estadual
672 e do Distrito Federal para 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, atentando para que o
673 número total de delegados municipais, estaduais e do Distrito Federal seja divisível por dois, para

674 contemplar a paridade entre Governo e sociedade civil e, que o número de delegados da sociedade
675 civil seja divisível por três, para contemplar usuários, trabalhadores e entidades, considerando o
676 critério populacional e avaliação da pertinência dos seguintes resultados do Censo SUAS 2015 –
677 Módulo Conselhos Municipais e Estaduais de Assistência Social e CAS/DF: Bloco III – Orçamento
678 e Estrutura do Conselho - 3% do IGD/PBF e IGD/SUAS são destinados a despesas com o
679 funcionamento dos Conselhos?; Bloco V – Dinâmica de Funcionamento – 18) De que forma as atas
680 do Conselhos são publicizadas, tornam de conhecimento da sociedade?; 19) As deliberações e as
681 resoluções são publicadas em Diário Oficial?; 21) O Conselho deliberou sobre o Plano de
682 Assistência Social do município ou do Estado?; 23) O Conselho reconhece e acompanha as metas
683 do Pacto de Aprimoramento em seu município ou Estados?; 24) O Conselho deliberou sobre a
684 Proposta Anual de Orçamento do Executivo para ano de 2015? 25) O Conselho fiscaliza o serviço,
685 programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS; 28) Com que frequência o Conselho
686 aprecia o relatório de aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Social; 29) O Conselho
687 delibera sobre os critérios de repasse de recursos para as entidades?; 30) O Conselho delibera sobre
688 o critério de repasse de recursos para os municípios?; 32) O Conselho é a instância de controle
689 social do Bolsa Família?; 33) O Conselho fiscaliza e acompanha a execução do PBF?; 34) O
690 Conselho acompanha os processos de pactuação da CIB e da CIT?; 39) O Conselho acompanha o
691 cumprimento das deliberações das Conferências?; Bloco VI – Composição do Conselho – 44)
692 Quantos Conselheiros do CEAS são representantes do Conselho Nacional de Gestores Municipais
693 de Assistência Social – COEGEMAS ou congêneres?; 46) Para o segmento dos usuários, quem tem
694 direito a voto no processo de eleição dos representantes da sociedade civil?; 47) Os representantes
695 dos usuários ou organizações de usuários são?; 48) Os representantes dos trabalhadores são?. III)
696 Recomendações para as Conferências de Assistência Social em 2017. Encaminhamento: Propõe a
697 apreciação da plenária de uma resolução com a proposta de calendário com o processo conferencial
698 de 2017, que inclui os prazos para realização de Conferências Municipais, Estaduais e do Distrito
699 Federal, bem como recomendações relevantes para a realização das Conferências – Anexo A. IV)
700 Discussão sobre os colaboradores da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social – Questões
701 programáticas e relatoria. Encaminhamento: Propõe que seja deliberado, ainda no mês de
702 dezembro, a designação da equipe de colaboradores que atuará na organização da 11ª Conferência
703 Nacional de Assistência Social, como colaboradores eventuais nas questões técnicas, programáticas
704 e de relatoria. Os critérios considerados pela Comissão, para indicação dos nomes foram pessoas

705 com profundo conhecimento da Política de Assistência Social em virtude de experiência
706 profissional na gestão ou na academia e com experiência em Conferências e relatoria. Os nomes
707 serão debatidos e acordados em plenária de acordo com o número de vagas. V) Definição de
708 colaboradores do MDSA no processo conferencial de 2017. Encaminhamento: Propõe que o CNAS
709 convide para participar das reuniões da Comissão Organizadora os seguintes representantes do
710 MDSA, que possui importante papel na operacionalização na Conferência Nacional, sendo:
711 Gabinete da SNAS, Secretaria-Executiva do MDSA, ASCOM/MDSA, CONJUR/MDSA e
712 Secretaria de Assuntos Administrativos do MDSA. VI) Informe SNAS nº 01 – Acessibilidade das
713 Conferências. Encaminhamento: Propõe para iniciação da plenária o Informe nº 01/2016, que
714 orienta os Conselhos e gestores da Assistência Social para a garantia da acessibilidade das
715 Conferências em 2017 – Anexo B. VII) Teleconferências sobre o processo conferencial de 2017.
716 Encaminhamentos: 01) Propõe para apreciação da plenária a realização de duas teleconferências, a
717 primeira antes do período de realização das Conferências Municipais e a segunda antes do início do
718 período da realização das Conferências Estaduais e do Distrito Federal; 02) Solicita a Secretaria-
719 Executiva do CNAS que viabilize junto a SNAS, a inclusão das duas teleconferências no calendário
720 de 2017; 03) visando fortalecer o processo de orientação e divulgação dos procedimentos quanto a
721 realização das Conferências de Assistência Social, propõe que a Reunião Descentralizada de março
722 de 2017 seja alterada para abril de 2017, quando todo material relacionado ao processo conferencial
723 deve estar finalizado. Nesse sentido, a Reunião Trimestral também seria realizada em abril. VIII)
724 Logomarca da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Encaminhamento: As sugestões
725 estão sob avaliação da Assessoria de Comunicação do MDSA, que deve apresentar uma proposta na
726 reunião de fevereiro de 2016, sendo que foi proposta a alteração do número indicativo da
727 Conferência de algarismo romano para número ordinal. IX) Proposta de pauta da Reunião da
728 Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, de 06 de fevereiro de
729 2017: Apreciação das propostas de logomarcas para 11ª Conferência; Apresentação pelos
730 colaboradores do texto orientador para as Conferências Municipais, contextualizando da temática da
731 11ª Conferência Nacional e seus eixos - Instrumentais para as Conferências Municipais para 2017;
732 Preparação da participação e representação do CNAS nas Conferências Municipais, Estaduais e do
733 Distrito Federal; Pauta da reunião da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional, de 10
734 março de 2017. A Conselheira Solange Teixeira sugeriu alterar o termo “enxuta” para “focalizada”
735 e “bem como” para “considerando” e a Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho

736 questionou se os convidados estarão dentro do número de 1000 a 1070, pois compreendeu que
737 quando for dividir a representação por Estados haverá um número insignificativo e sugeriu que seja
738 mantido o número de delegados da última Conferência. O Conselheiro Benedito Augusto de
739 Oliveira arrazoou que o Estado de São Paulo elaborou um documento para apreciação do CNAS em
740 relação a sua participação e solicitando que seja garantido o número de participantes da Conferência
741 realizada em 2013. Discorreu que não recebeu a convocação para a reunião da Comissão
742 Organizadora, para que pudesse realizar a justificativa de sua ausência. O Presidente Fábio Moassab
743 Bruni explicou que esse documento será pauta da reunião da Comissão Organizadora e a
744 Conselheira Edna Aparecida Alegro propôs manter a quantidade de delegados da última
745 Conferência, justamente pelo momento de crise que o país está vivendo. A Conselheira Solange
746 Teixeira explicou que o orçamento previsto para a realização da 11ª Conferência é exatamente o
747 mesmo da 10ª Conferência, por isso não conseguirão realizar um evento para o mesmo número de
748 pessoas em 2017 e salientou que na Conferência realizada em 2015 não tinham previstos
749 observadores, exatamente pela ampliação do número de delegados. Ponderou que a figura do
750 observador é muito importante para as discussões e ilustrou que a situação dos Estados está
751 complicada. O Conselheiro Leovane Gregório inferiu que precisam definir primeiro qual é o tipo de
752 Conferências que querem, qual é o tipo de discussão e quais são os resultados que estão esperando,
753 sugerindo interromper essa discussão sobre a quantidade de delegados. A Conselheira Elisa Maciel
754 Costa solicitou que, a Comissão de Organização, se preocupe com a qualificação dos observadores
755 e com os resultados que serão produzidos pelos mesmos e articulou que precisam analisar a
756 possibilidade de manter a representação de povos e comunidades tradicionais. O Presidente Fábio
757 Moassab Bruni ilustrou que um termo de referência demora vários meses para sua elaboração, por
758 isso não podem interromper essa discussão e que, a Secretaria-Executiva apontou que esses são os
759 parâmetros mínimos para que a mesma possa iniciar o processo de elaboração e trâmite do termo de
760 referência. Relatou que estão primando pela qualidade de participação na Conferência e que, a crise
761 de 2015 para 2017 aumentou, por isso propuseram uma redução de número de delegados, que não
762 reduzirá a qualidade de participações. A Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos comentou
763 que não podem garantir direito diminuindo o número de participantes nas Conferências e entendeu
764 que podem diminuir o número de convidados e observadores para uma efetiva participação. A
765 Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão arrazoou que o cenário político é mais
766 grave que o cenário econômico, ressaltando que necessitam de uma Conferência forte e inferiu que

767 a quantidade interfere na qualidade, sugerindo cortar outras despesas para que tenham o número
768 garantido de delegados. O Conselheiro Sávio Angelin Pereira reforçou o posicionamento das
769 Conselheiras e entendeu que devem manter o número da delegação e a Conselheira Edna Aparecida
770 Alegro comentou que precisam manter os observadores, sem diminuir a quantidade de delegados. O
771 Conselheiro Luís Otávio Pires Farias discorreu que é consenso entre todos os Conselheiros de que
772 quanto maior a participação, melhor será o debate e articulou que precisam manter os observadores
773 definindo alguns critérios para a sua distribuição. Questionou se as passagens e diárias dos
774 expositores e dos convidados são pagas pela organização da Conferência. A Sra. Maria das Mercês
775 de Avelino Carvalho esclareceu que o CNAS custeia passagem, hospedagem, transporte e
776 alimentação dos palestrantes e relatoria; hospedagem, transporte e alimentação para os
777 acompanhantes dos delegados com deficiência; alimentação e transporte para os expositores de
778 estantes; dimensão de espaço e de material para os convidados e observadores. Informou que termo
779 de referência vai para a empresa com o menor preço. O Conselheiro Luís Otávio Pires Farias
780 indagou quais são os delegados que são custeados integralmente pelo Conselho e a Sra. Maria das
781 Mercês Avelino Carvalho esclareceu que apenas os custos com conferencistas são arcados pelo
782 termo de referência da Conferência, sendo que os delegados governamentais possuem a opção de
783 não receberem a diária pelo MDSA. O Presidente Fábio Moassab Bruni explanou que por diversas
784 vezes o CNAS deliberou por reduzir o número de delegados, independente de crise econômica e a
785 Conselheira Silvia Regina Ramires, Representante da Fundação Projeto Pescar, reforçou que não
786 devem diminuir o número de delegados, buscando reduzir os custos com materiais. O Conselheiro
787 Alberto Albino dos Santos, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário,
788 compreendeu que o debate da representatividade precisaria ser colocado em outros termos e não da
789 quantidade. A Conselheira Clátia Regina Vieira inferiu que precisam se preocupar com a
790 consolidação das discussões que houveram nos municípios e nos Estados e que, podem manter o
791 número de delegados, porém, precisam definir o que será convidado e observadores. A Conselheira
792 Rosângela Maria Soares dos Santos informou que foi denunciado na Reunião Trimestral que o
793 Estado e MDSA já realizaram o pagamento dos custos dos delegados governamentais
794 simultaneamente e questionou se dentro do número de delegados há vagas para Conselheiros
795 estaduais garantidas ou precisam ser eleitos pelo plenário. O Presidente Fábio Moassab Bruni
796 explicou que esse item será debatido na resolução, entretanto, adiantou que não estão trabalhando
797 com reserva de vagas. Questionou se existiria consenso se mantivessem o número de delegados da

798 última Conferência e trabalhasse a possibilidade de que os Estados custeiem as suas delegações
799 governamentais. A Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos indagou como seriam tratados
800 os Estados que estão em situação de calamidade orçamentária, que não possuem condições de
801 custear a sua delegação. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira questionou qual será o custo
802 com o excedente de 280 delegados e qual o valor estimado para a realização da Conferência. O
803 Presidente Fábio Moassab Bruni notificou que a Secretária-Executiva não possui condições de
804 estipular custos e a Sra. Maria das Mercês Avelino Carvalho explanou que não conseguiu definir o
805 custo de cada delegado, mas, afirmou que pode se comprometer trazer esse dado na próxima
806 plenária. Informou que, na última Conferência, os serviços de alimentação custaram R\$487 mil,
807 hospedagem: R\$795 mil, serviço de traslado: R\$220 mil, material de consumo: R\$12 mil, UTI
808 móvel: R\$6000,00, registro do evento: R\$87 mil, sistema de informatização: R\$69 mil, colocação
809 de sistema de votação: R\$91 mil, serviço de *cooffee break*: R\$ 22 mil, serviço de iluminação: R\$10
810 mil e entre outros. O Conselheiro Sávio Angelin Pereira compreendeu que precisam saber os custos
811 para definir a estimativa de participação e a Conselheira Maira Leiliane Oliveira Almeida entendeu
812 que precisam garantir que a Conferência aconteça com qualidade, salientando que é necessário
813 observar como se darão as mesmas nos municípios e nos Estados. Sugeriu que seja incluído na
814 resolução que os Estados poderão utilizar os recursos do IGD/PBF e do IGD/SUAS para financiar a
815 vinda de seus delegados. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão propôs que,
816 se não for garantida a participação de 1280 delegados cortando a despesa com a passagem dos
817 delegados governamentais, fosse retirado 50 convidados e 160 observadores. Questionou se, em
818 Conferência, é permitida legalmente a venda de estantes, pois poderia ser outra fonte de recursos.
819 Os Conselheiros explicaram que essa proposta não é viável e a Sra. Maria das Mercês Avelino
820 Carvalho esclareceu que não é permitida a venda de estantes. A Conselheira Tathiane Aquino
821 Araújo afirmou que não pode faltar a passagem, hospedagem e alimentação para a sociedade civil e
822 que, precisam pensar no que será disponibilizado para ajudar o Governo local a se envolver no
823 processo conferencial. O Presidente Fábio Moassab Bruni discorreu que o número de delegados
824 será fixado em 1280 e os Estados assumirão os custos de hospedagem, alimentação e transporte dos
825 delegados governamentais, com orientação expressa em resolução de utilização dos IGDs.
826 Ponderou que a Comissão Organizadora qualificará os observadores e solicitará um produto da
827 participação na última Conferência. A Conselheira Elisa Maciel Costa realizou a leitura da
828 resolução com a proposta de calendário com o processo conferencial de 2017, que inclui os prazos

829 para realização de Conferências Municipais, Estaduais e do Distrito Federal, bem como
830 recomendações relevantes para a realização das Conferências. A Conselheira Edna Aparecida
831 Alegro sugeriu citar a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Lei nº 13.146 no
832 primeiro considerando. Acatada a sugestão, o Presidente Fábio Moassab Bruni manifestou que a
833 proposta colocada pelo Conselheiro Carlos Nambu, na reunião da Comissão Organizadora, de
834 incluir a resolução que regula as entidades não foi inserida, solicitando a inserção da mesma.
835 Realizada a alteração da redação que trata da inscrição dos observadores no Artigo 2º e as
836 alterações gramaticais no Artigo 3º, o Conselheiro Luís Otávio Pires Farias questionou se qualquer
837 pessoa pode se candidatar as vagas de delegados estaduais governamental e a Conselheira
838 Rosângela Maria Soares dos Santos ilustrou que normalmente quem faz a indicação dos delegados
839 nos municípios para Conferência Estadual é gestão municipal e a eleição na Conferência Estadual
840 são todos os delegados governamentais em assembleia específica. Com relação ao Artigo 5º, o
841 Presidente Fábio Moassab Bruni lembrou que no debate da Reunião Trimestral foi solicitado que as
842 Conferências Municipais terminassem em julho e as Conferências Estaduais terminassem no final
843 de outubro. Informou que concorda com a preposição de estender as Conferências Municipais até
844 julho, porém, entende que aumentar o período das Conferências Estaduais pode causar prejuízo na
845 elaboração de suas documentações para a Conferência Nacional. A Conselheira Rosângela Maria
846 Soares dos Santos também concordou com o posicionamento do Presidente e a Conselheira Solange
847 Teixeira lembrou que, em 2015, alguns Estados não conseguiram realizar as Conferências no prazo
848 estabelecido, sendo que foi concedida a possibilidade de prorrogação. A Conselheira Elisa Maciel
849 Costa informou que foi protocolada, na Câmara dos Deputados, a Resolução nº 22 para dar
850 conhecimento a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão Mista Parlamentar de Direitos da
851 Pessoa com Deficiência, a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Seguridade Social.
852 A Conselheira Tathiane Aquino Araújo complementou que visitaram alguns Deputados Federais e
853 levaram as discussões do CNAS e a Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos afirmou que o
854 Informe nº 01 não cabe discussões, já que se trata de uma lei. O Presidente Fábio Moassab Bruni
855 arrazoou que a Comissão Organizadora decidiu fazer a definição dos colaboradores da 11ª
856 Conferência Nacional de Assistência Social nessa plenária, destacando que é necessário ter uma
857 equipe de relatoria que trabalhe em prol de elaborar os instrumentais de uma maneira única.
858 Compreendeu que, no convite para as pessoas que comporão a equipe de colaboradores, é
859 necessário ter uma série de compromissos assumidos com CNAS e propôs realizar a leitura dos

860 nomes sugeridos e entrar em contatos com os mesmos para saber sobre a possibilidade de
861 participação. Articulou que os nomes indicadores foram: Rosália Rabelo, Edvalber Bernardino,
862 Vâmile Dantas, Carlos Ferrari, Abigail Torres, Denise Colin, Reynaldo Pontes, Elder Bosca,
863 Leiliane Helena Gomes, Mauricea Carneiro, Tânia Garibi, Ana Rojas Acosta, José Antônio
864 Morone, Juliana Fernandes e Ana Faria. Seguindo para o Item V, a Conselheira Maira Leiliane
865 Oliveira Almeida lembrou que havia uma sugestão de que o FONSEAS e CONGEMAS
866 participasse como membro do processo das comissões organizadoras e o Presidente Fábio Moassab
867 Bruni postulou que havia combinando que seria indicado nomes que transitassem nos Fóruns, sendo
868 que a responsabilidade de condução desses nomes é do CNAS. Com relação ao Item VII,
869 questionou aos Conselheiros se poderiam encaminhar o calendário com os encaminhamentos
870 sugeridos e não havendo nenhum posicionamento contrário, foi aprovada a sugestão de calendário.
871 A Conselheira Edna Aparecida Alegro entendeu que não existe motivo de alterar o algarismo
872 romano da logomarca da Conferência e os demais Conselheiros compreenderam que essa alteração
873 não afetará em nada. A Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos relatou que gostaria de
874 retirar a indicação do Sr. Edvalber Bernardino, pois o mesmo pode contribuir mais nos debates da
875 mesa durante a Conferência. O Presidente Fábio Moassab Bruni intuiu que seria importante ter um
876 pouco de representatividade regional na relatoria, sugerindo deixar a indicação do Sr. Edvalber
877 Bernardino. A Conselheira Márcia Cristina Leal Góes indicou a Sra. Nei Cristina para compor a
878 equipe de relatoria. Prosseguindo para o relato da memória da reunião da Comissão de
879 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda realizada no dia 12 de dezembro de
880 2016, a Conselheira Edna Aparecida Alegro elencou os participantes presentes e informou que
881 foram debatidos os seguintes itens de pauta: I) Benefício de Prestação Continuada – BPC.
882 Encaminhamento: Propôs que o CNAS convide os representantes dos Conselhos Nacionais e
883 Setoriais de Defesa de Garantia de Direitos: CONADE, CNDI, CONANDA, Comissão da Pessoa
884 com Deficiência do CNS, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e o Conselho Nacional dos
885 Direitos Humanos; para a reunião da Comissão, no dia 06 de fevereiro de 2017, das 10h00 as
886 18h00, quando os Conselheiros terão a oportunidade de relatar as suas ações em defesa do BPC e
887 em seguida discutir ações estratégicas em defesa do BPC. II) Revisão do Plano de Ação da
888 Comissão e definição de prioridades e responsáveis para 2017. Informou que a Comissão realizou
889 uma revisão do Plano de Ação, priorizando a Meta 01 para 2017 em função do contexto atual,
890 sendo que foram definidas propostas de ações, estratégias e operacionalização em relação a mesma.

891 III) Benefícios Eventuais. Encaminhamento: Propõe a CNAS enviar para a Secretaria-Executiva do
892 CNAS o produto da consultoria para ser encaminhado aos integrantes da Comissão de
893 Acompanhamento de Benefício e Transferência de Renda para conhecimento, sendo que em
894 fevereiro esse tema será retomado pela mesma para definição de pauta e desdobramento. IV)
895 Informes Gerais. a) Ofícios recebidos pelo CNAS relacionados ao Decreto nº 8.805/2016: Ofício
896 Circular nº 06 da Secretaria Municipal de Políticas, Ações Sociais e Cidadania de Campo
897 Grande/MS, de 26 de setembro de 2016; Ofício nº 167/2016 - Manifestação Pública do Conselho
898 Municipal de Londrina/PR; Ofício nº 06/2016 do Conselho Municipal de Assistência Social de
899 Ivaiporã/PR; Ofício nº 01/2016 do Conselho Municipal de Assistência Social de Ariranha do
900 Ivair/PR; Ofício nº 43/2016 do Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba/PR.
901 Encaminhamento: Propõe ao CNAS encaminhar ofício aos Conselhos e Secretarias informando o
902 processo de discussão do Decreto nº 8.805/2016 e seus desdobramentos. b) recebimento pelo CNAS
903 de demandas relacionadas ao Programa Bolsa Família: Carta Aberta da Frente Mineira em Defesa
904 do SUAS sobre a ação do Ministério Público Federal. Encaminhamento: Propõe que o CNAS
905 encaminhe um ofício a Frente Mineira em Defesa do SUAS informando que a carta foi incluída
906 como um item do Plano de Ação da Comissão e será pautada em breve e que o CNAS encaminhou
907 cópia da carta para os servidores da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, para conhecimento e
908 providência. V) Definição da pauta da próxima reunião ordinária, 06 de fevereiro de 2017: Reunião
909 Conjunta com os Conselhos Nacionais e Setoriais de Garantia de Direitos, para discussão e
910 encaminhamento do BPC; Benefícios Eventuais e Outros Assuntos. A Conselheira Clátia Regina
911 Vieira solicitou que inclusão do Conselho Nacional de Igualdade Política e Racial para a discussão
912 do BPC e o Presidente Fábio Moassab Bruni intuiu que deve deixar claro que será pautada o tema
913 tratado na carta aberta da Frente Mineira em Defesa do SUAS sobre a ação do Ministério Público
914 Federal e não a carta propriamente dita. Com relação ao relato da memória da reunião da Comissão
915 de Financiamento e Orçamento realizada no dia 13 de dezembro de 2016, o Conselheiro Carlos
916 Nambu elencou os participantes presentes e informou que foram debatidos os seguintes pontos de
917 pauta: I) Debate sobre o reconhecimento dos recursos da Assistência Social como obrigatórios –
918 Meta 01, Ação 1.4 do Plano de Ação. Encaminhamentos: 01) sugere a plenária, após aprovação da
919 PLOA 2017, convidar a SOF para discussão referente ao limite orçamentário da emendas de
920 Comissão, bancada e relator; 02) Sugere discutir na Comissão o Parágrafo II do Artigo 9º, da Lei de
921 Responsabilidade Fiscal; 03) Sugere fazer o levantamento de atuação do CNAS em relação ao PPA

922 e LDO no que se refere a Assistência Social; 04) Sugere encaminhar a CONJUR/MDSA
923 memorando discriminando as despesas que não foram contempladas como obrigatórias na LDO
924 2016, para que haja interlocução entre a CONJUR/MDSA e CONJUR/MP; 05) Sugere convidar a
925 CONJUR/MDSA para reunião da Comissão em 06 de fevereiro de 2017, para tratar desses referidos
926 assuntos. II) Ofício CMAS nº 234/2016 – CMAS/GYN – Parecer de orientações para pagamento
927 das entidades socioassistenciais conveniadas com o município de Goiânia. Encaminhamento:
928 Sugere a plenária encaminhar Ofício nº 234/2016 – CMAS/GYN a SNAS, solicitando orientações
929 técnicas para subsidiar a Comissão visando os encaminhamentos referentes a prestação de contas
930 das entidades para o convênio. III) Plano de Ação da Comissão de Financiamento e Orçamento.
931 Encaminhamento: Sugere plenária, a Coordenação de Financiamento e Orçamento destacará as
932 ações prioritárias para definição de pauta das reuniões de 2017 do Plano de Ação, conforme
933 Regimento Interno do CNAS e distribuirá as demais ações observando as agendas das Conferências
934 de Assistência Social. IV) Definição da pauta da reunião de 06 de fevereiro de 2016: Apreciação do
935 relatório final de execução orçamentária e financeira do Fundo – exercício 2016; Debate sobre o
936 reconhecimento dos recursos da Assistência Social como obrigatórios – Meta 01, Ação 1.4 do Plano
937 de Ação; Discussão do Parágrafo II do Artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal na Comissão. O
938 Conselheiro Leovane Gregório entendeu que seria importante que a Comissão trouxesse quais
939 foram as resoluções que deliberaram o orçamento, para terem conhecimento e ponderou que
940 gostaria de entender qual é situação com relação a orientação para o CMAS/GYN. O Conselheiro
941 Carlos Nambu afirmou que encaminhará essas resoluções e explicou que serão solicitadas mais
942 informações ao CMAS/GYN para entender como foi realizado o fluxo, uma vez que não existe esse
943 detalhamento no ofício enviado. Seguindo para o relato da memória da reunião da Comissão de
944 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social, realizada no dia 13 de dezembro de 2016, a
945 Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão elencou os participantes presentes e
946 informou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: I) Informes. Encaminhamentos: 01)
947 Incluir na próxima pauta da Reunião Trimestral com o CEAS e CAS/DF o status de preenchimento
948 do Censo SUAS – Conselhos 2016 e, informar os respectivos CEAS quais os municípios que não
949 fizeram o preenchimento, com antecedência; 02) A Secretaria-Executiva realizará levantamento dos
950 dados existentes a respeito dos municípios que ainda não instituíram o SUAS; 03) A Secretaria-
951 Executiva convidará representante do Departamento de Informação e Disseminação da SAGI a
952 comparecer na próxima reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, em fevereiro,

953 para discutir possível proposta de capacitação para Conselheiros; 04) As Conselheiras Márcia,
954 Luziana e Rosângela se reunirão no dia 06 de fevereiro de 2017 para fechamento da apresentação
955 sobre os Planos Estaduais e do CAS/DF, que será pautado na reunião da Comissão no dia 07 de
956 fevereiro de 2017. II) Avaliação da Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS em Belém/PA.
957 Discorreu que cada um dos Conselheiros realizou a sua avaliação pessoal do evento e de uma
958 maneira geral concordaram com o sucesso da organização, da escolha dos temas e dos palestrantes,
959 destacando o resultado positivo frente ao pouco tempo para organização. III) Reunião Trimestral do
960 CNAS com os CEAS e CAS/DF. Encaminhamentos: 01) Elaborar um CNAS Informa com a síntese
961 de todas as cartas lidas na reunião: Carta Aberta aos Dirigentes do CNAS sobre as alterações do
962 BPC, Manifesto Público do CEAS e CAS/DF em repúdio a alteração proposta pelo Artigo 203 da
963 Constituição Federal de 1988 contida na PEC nº 287; 02) Buscar a assinatura do CAES de Minas
964 Gerais; 03) Elaborar nota pública em defesa do Benefício de Prestação Continuada da Assistência
965 Social e contra as alterações proposta pela PEC nº 287/2016 assinada pela CIT; 04) Articular com o
966 Congresso Nacional e com os Conselhos de Defesa e de Direitos, com vista a supressão do item que
967 trata das alterações do benefícios socioassistenciais da PEC; 05) Conceder prazo, até dia 31 de
968 janeiro de 2017, para o envio pelos CEAS e CAS/DF de sugestões ao processo conferencial; 06)
969 Prorrogar o prazo, até dia 31 de janeiro de 2017, para envio dos CEAS que não enviaram os seus
970 Planos de Ação. IV) Discussão sobre a operacionalização das linhas do Plano de Ação de
971 acompanhamento aos Conselhos. Informou que a discussão ocorreu, porém, a consolidação
972 precisou ser postergada pelo volume de trabalho e impossibilidade diversas, por parte dos
973 Conselheiros. Encaminhamento: 01) Os Conselheiros da Comissão enviarão a Coordenação-
974 Executiva, por meio de *e-mail*, até o dia 13 de janeiro, suas contribuições sobre a operacionalização
975 das suas respectivas linhas de ação constando no Plano de Ação da Comissão, seguindo a estrutura
976 metodológica sugerida pelos Conselheiros Leovane e Dionara; 02) A Coordenação de
977 Acompanhamento aos Conselhos solicitará do FNTSUAS e FNUSUAS a relação de Fóruns
978 existentes nos Estados, seus contados, direção e status de funcionamento; 03) A Coordenação de
979 Acompanhamento aos Conselhos solicitará à SAGI suporte para acompanhar e avaliar capacitação
980 permanente dos Conselheiros da Assistência Social, de acordo com Política Nacional de Educação
981 Permanente. V) Proposta de pauta para reunião de fevereiro: Apresentação sobre os Planos
982 Estaduais; Apresentação final das atividades propostas para execução do Plano de Ação da
983 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos; Explicação de representante da SAGI sobre o

984 possível plano de capacitação para Conselheiros; e Outros Assuntos. O Presidente Fábio Moassab
985 Bruni apresentou a nova Coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, Sra.
986 Maria Cristina e a Conselheira Clátia Regina Vieira compreendeu que, talvez, poderia pensar em
987 uma reunião conjunta entre a Comissão de Acompanhamento aos Benefícios e a Comissão de
988 Acompanhamento aos Conselhos, já que as mesmas estão buscando ações sobre o BPC. A
989 Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos reforçou a proposta da Conselheira Clátia Regina
990 Vieira e o Presidente Fábio Moassab Bruni inferiu que se houver necessidade podem planejar essa
991 reunião para março de 2017. A Conselheira Elisa Maciel Costa apresentou um vídeo que relata
992 algumas formas de discriminação e preconceito e seguindo para o relato da memória da reunião da
993 Comissão de Normas da Assistência Social, realizada no dia 18 de outubro de 2016, a Conselheira
994 Norma Suely de Souza Carvalho elencou os participantes presentes e informou que no momento
995 conjunto da Comissão de Políticas e de Normas da Assistência Social foi realizada a apreciação da
996 Minuta de Resolução Conjunta CONANDA/CNAS, que altera as orientações técnicas para os
997 serviços de acolhimento institucional, incluindo uma proposta de metodologia específica para
998 crianças e adolescentes em situação de rua, sendo que esse relato será apresentado pela Comissão de
999 Políticas de Assistência Social. Com relação a reunião da Comissão de Normas da Assistência
1000 Social, foram debatidos os seguintes pontos de pauta: I) Orientações Complementares, Resoluções e
1001 entre outros que tratando da operacionalização da Lei nº 13.019/2014. Encaminhamentos: 01)
1002 Sugere a plenária distribuir cópia da SAC sobre o MROSC elaborada pelo Departamento Geral de
1003 Gestão do SUAS para os Conselheiros do CNAS; 02) Sugere trabalhar a Meta 02 do Plano de
1004 Ação. II) Atualização do Regimento Interno do CNAS. Arrazou que foi realizada a leitura do
1005 Regimento Interno CNAS até o Artigo 45, destacando alguns artigos e parágrafos. III) Definição da
1006 pauta da reunião de fevereiro de 2016: Apresentação pelo Departamento da Rede Socioassistencial
1007 Privada do SUAS do relatório atual de 2016 com as informações sobre os processo de certificação
1008 de entidades de assistência social, conforme disposto no Artigo 3º da Resolução do CNAS nº
1009 18/2011; Continuação da discussão de atualização do Regimento Interno do CNAS. O Presidente
1010 Fábio Moassab Bruni informou que a Minuta de Resolução Conjunta CONANDA/CNAS foi
1011 aprovada no CONANDA com as sugestões de alterações realizadas pelo pleno e que, foram
1012 realizadas duas publicações importantes do CNAS Informa, uma sobre a convocação da 11ª
1013 Conferência Nacional de Assistência Social e outra em relação ao posicionamento do CNAS em
1014 defesa do BPC, solicitando que os Conselheiros compartilhem os mesmos. A Conselheira Márcia

1015 Cristina Leal Góes agradeceu ao Conselheiro Sávio Angelin Pereira pelas suas contribuições, uma
1016 vez que será a sua última reunião como Conselheiro do CNAS. O Presidente Fábio Moassab Bruni
1017 justificou que terá que se ausentar, devido ao Prêmio Rosane Cunha e indicou a Conselheira
1018 Rosângela Maria Soares dos Santos para estar lhe substituindo na coordenação da plenária.
1019 Agradeceu a todos pelas contribuições realizadas durante o período de 2016 e entendeu que terão,
1020 em 2017, um caminho de desafios, se retirando da reunião. A Conselheira Luziana Carvalho de
1021 Albuquerque Maranhão informou que o CEAS/GO relatou que está acontecendo a fusão de outros
1022 Conselhos dentro do CEAS, formando uma Câmara Técnica e sugeriu elaborar uma nota técnica
1023 geral colocando o impedimento desse processo, tendo com base a nota elaborada contra a junção
1024 das Secretarias no Estado do Rio de Janeiro. Os Conselheiros concordam com a sugestão e a Sra.
1025 Ana Lúcia, Vice-Presidente do CEAS/GO, solicitou o apoio ao CNAS em relação a questão. A
1026 Conselheira Tathiane Aquino Araújo propôs elaborar uma nota de apoio ao mandato e
1027 reconhecimento do compromisso do Deputado Jean Wyllys e notificou que recebeu um convite, de
1028 sua Rede, para participar como Conselheira do CNAS de uma ação que será realizada do dia 27 a
1029 30 de janeiro de 2017, no Rio de Janeiro. A Conselheira Clátia Regina Vieira inferiu que é um
1030 dever do Deputado realizar esse trabalho, destacando que não observa a necessidade de elaborar
1031 essa nota. A Conselheira Tathiane Aquino Araújo notificou que o Deputado está sofrendo um
1032 pedido de suspensão do seu mandato de 180 dias, sendo que nota seria em solidariedade ao mesmo
1033 diante essa perseguição. O Conselheiro Sávio Angelin Pereira reforçou a sugestão da Conselheira
1034 Tathiane Aquino Araújo, porém, propôs a elaboração de uma nota reforçando a continuação de sua
1035 luta na defesa do direito humano e o Conselheiro Leovane Gregário intuiu que precisam conhecer
1036 quem está solicitando a suspensão do seu mandato, para que seja elaborada a manifestação e caso
1037 não haja consenso da plenária, sugeriu que seja elaborada uma nota pelas entidades. Após várias
1038 manifestações sobre a sugestão de elaboração da nota, a Conselheira Norma Suely de Souza
1039 Carvalho sugeriu criar um prêmio ou uma medalha para reconhecer as pessoas que lutam pela causa
1040 que o CNAS também vem lutando, para maior visibilidade. A Conselheira Rosângela Maria Soares
1041 dos Santos propôs a sociedade civil que elaborasse um documento conjunto em apoio ao Deputado
1042 Jean Wyllys, pois sentiu que alguns Conselheiros ainda não estão seguros para elaborar uma nota do
1043 CNAS e levar para aprovação para o pleno na reunião de fevereiro. A Conselheira Elisa Maciel
1044 Costa ponderou que seria mais viável que cada entidade elabore a sua manifestação, pois uma nota
1045 elaborada em conjunto será demorada. A Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos colocou

1046 para apreciação dos Conselheiros a elaboração ou não da nota e havendo quatro votos contrários e
1047 seis votos a favor, não foi aprovada a elaboração da nota. Diante a dificuldade, a Conselheira
1048 Tathiane Aquino Araújo retirou a sua proposta de elaboração de nota em apoio ao Deputado Jean
1049 Wyllys. Com relação a representação da Conselheira Tathiane Aquino Araújo no encontro no Rio
1050 de Janeiro, a Sra. Maria das Mercês Avelino Carvalho explicou que o MDSA trabalha com 1/12 do
1051 orçamento e não possuem disponibilidade orçamentária para custeio de nenhum tipo de
1052 representação e a Conselheira Tathiane Aquino Araújo afirmou que gostaria que aprovassem a sua
1053 participação mesmo não havendo o custeio por parte do CNAS, pois custeará a sua presença e
1054 poderá representar o CNAS. Os Conselheiros aprovaram a representação da Conselheira no evento
1055 e a Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos passou a leitura do manifesto do CNAS de
1056 defesa das instâncias de controle social do SUAS. Realizadas as correções necessárias, a
1057 Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos colocou o manifesto para apreciação dos
1058 Conselhos e não havendo nenhuma manifestação contrária, o manifesto foi aprovado por
1059 unanimidade. **ENCERRAMENTO 15/12/2016:** A Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos
1060 agradeceu a presença de todos e desejou um feliz natal e prospero ano novo a todos os presentes,
1061 finalizando a 250ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social.
1062